



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Laryssa Fernanda de Oliveira Santos

**O Lugar Das Docentes No Curso De Relações Internacionais: Ensaio
Analítico Entre A Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD),
Universidade De Brasília (UNB) E A Universidade Federal De Goiás
(UFG).**

Dourados - MS
2021

Laryssa Fernanda de Oliveira Santos

O Lugar Das Docentes No Curso De Relações Internacionais: Ensaio Analítico Entre A Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD), Universidade De Brasília (UNB) E A Universidade Federal De Goiás (UFG).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof.(a) Dr.(a) Simone Becker

**Dourados - MS
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S2371 Santos, Laryssa Fernanda De Oliveira

O lugar das docentes no curso de Relações Internacionais: ensaio analítico entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) [recurso eletrônico] / Laryssa Fernanda De Oliveira Santos. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Simone Becker.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulheres. 2. Docentes. 3. Curso de Relações Internacionais. I. Becker, Simone. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 12 de outubro de 2021, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Laryssa Fernanda de Oliveira Santos** tendo como título "**O LUGAR DAS DOCENTES NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ENSAIO ANALÍTICO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Simone Becker** (orientadora), **Dra. Katiúscia Moreno Galhera** (examinadora), **Me. Tchella Fernandes Maso** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADA.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Duas correções pontuais às fls. 33 e 40 .

Assinaturas:

Dra. Simone Becker

Orientadora

Dra. Katiúscia Moreno Galhera

Examinadora

Me. Tchella Fernandes Maso

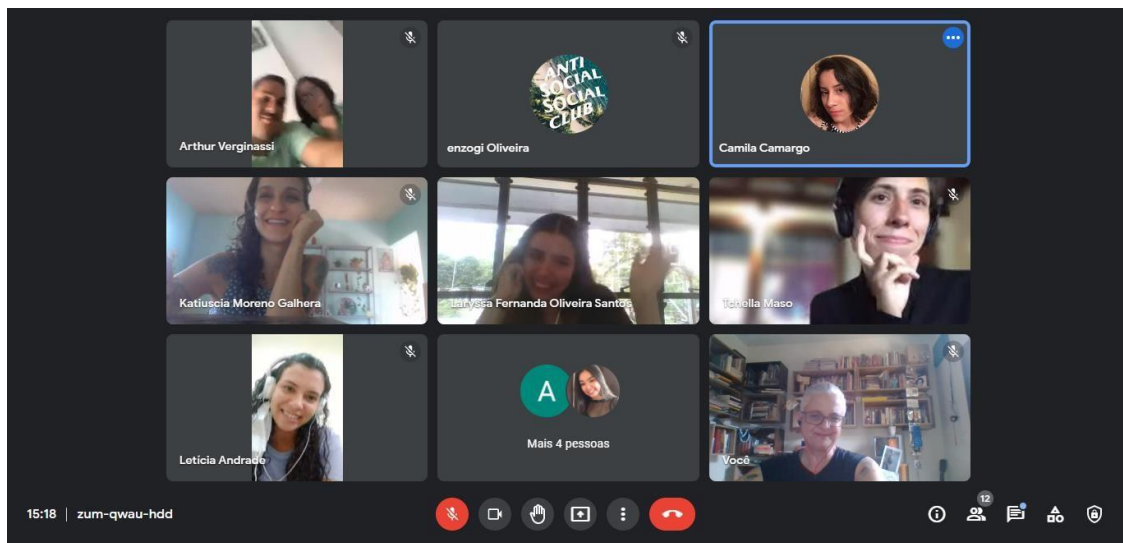
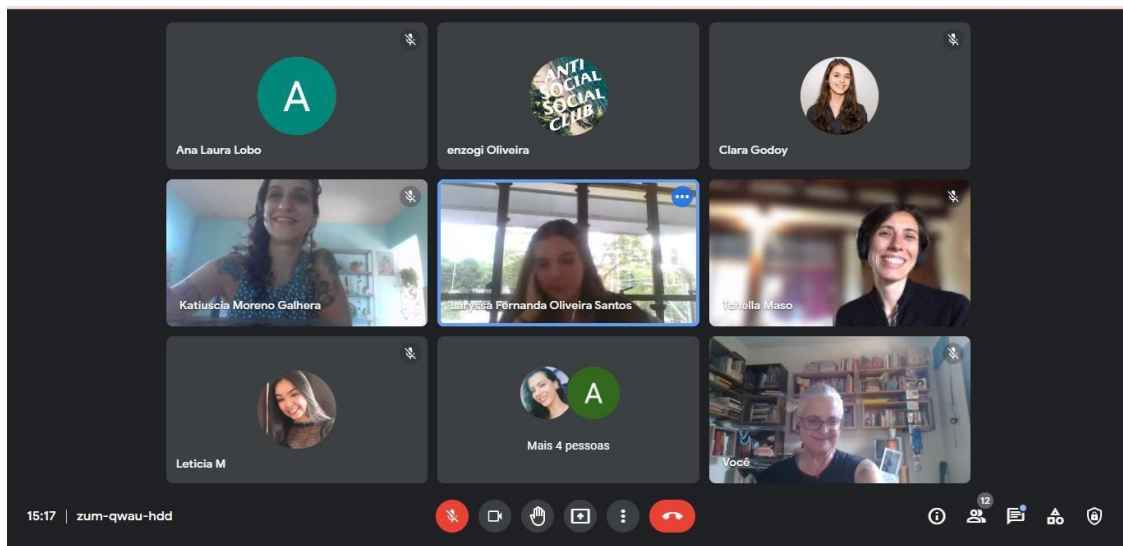
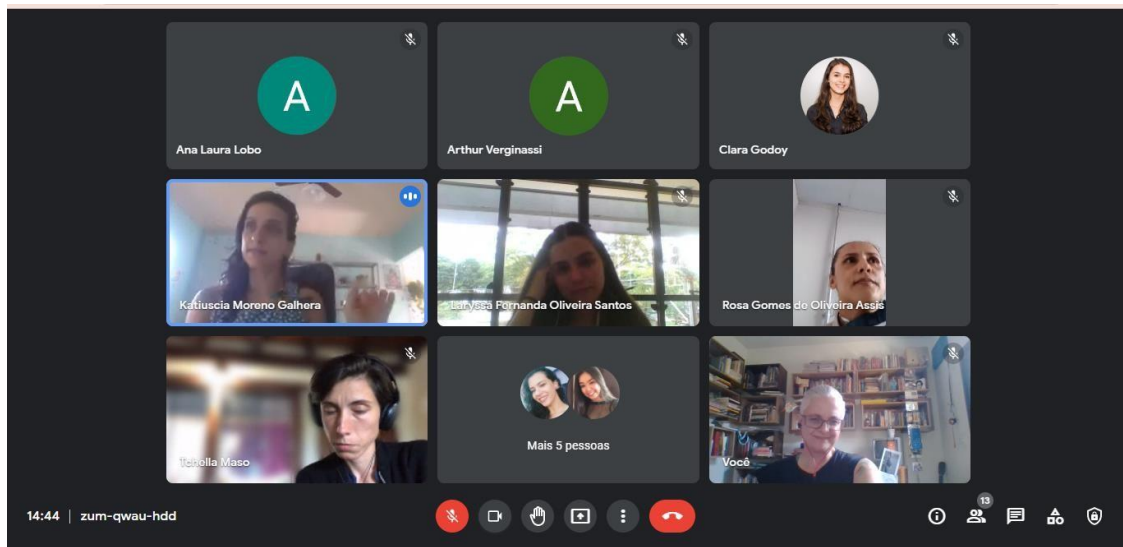
Examinadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



AGRADECIMENTOS

À minha mãe, mulher guerreira, que desde muito nova presenciei as inúmeras jornadas de trabalho que ela realizava e realiza até hoje, para nunca me faltar nada. Por compreender minha ausência em alguns momentos, que não importa onde eu esteja, sempre irá acreditar nos meus sonhos, muito mais do que eu mesma. Sem você, nada teria sido possível. Obrigada por todo amor e carinho, essa conquista também é sua, amo você.

À minha irmã, Laura Fernanda, pela dedicação incondicional por mim, por sempre estar do meu lado, e por ser muito mais que uma simples irmã, ser praticamente uma segunda mãe. Sou grata pelo incentivo dado em diferentes fases da minha vida, por sempre apoiar as minhas ideias e me fazer persistir no que me faz feliz.

À Camila Camargo, Letícia Andrade e Letícia Mendes por me acompanharem até nos dias de hoje, mesmo eu sendo uma péssima amiga. Desculpa pelo meu jeitinho. Obrigada por sempre estarem dispostas a me ouvir, mesmo que as vezes a distância. Sou grata por cada palavra de carinho em nossos encontros e pelas trocas de experiências. A nossa amizade é maior que tudo e transcende tudo.

Ao meu pai, por ser fundamental em me ajudar a realizar uma graduação de qualidade, sou extremamente grata por me incentivar focar nos estudos.

À Clara Godoy e Ana Laura por ter passado todo o processo de sobrevivência na faculdade ao meu lado. Por me ajudado a construir a FADIR (Faculdade de Direito e Relações Internacionais) como uma segunda casa cheia de carinho. Obrigada pelo carinho e conversas nas quais compartilhamos alegrias, surtos, dúvidas e grandes inquietações.

A todos meus amigos e amigas, por estarem do meu lado. Aos que estão longe, aos que estão perto e aos que de alguma maneira me ajudaram nessa fase. Vocês são muito importantes para mim. Em especial, ao grupo “amigos e diversão”, por terem entrado em minha vida de uma forma inesperada e engraçada. Obrigada por terem me acolhido tão bem e proporcionado muitas risadas que me trouxeram momentos de intensa alegria.

À minha orientadora, por acreditar em meu potencial desde o começo e não ter desistido de mim. Sempre muito disposta a me ajudar e me ensinar. Obrigada por todo o incentivo,

conversas e paciência. Por ter compartilhado todos seus conhecimentos comigo e que juntas conseguimos construir algo lindo, respeitando o tempo de cada uma.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a todos os professores pela elevada qualidade de ensino. Em especial as professoras, pelas histórias já feitas e que fazem diariamente. Grata pelas nossas trocas e por terem me ensinado muito mais do que estava na grade de ensino. Me sinto muito privilegiada pelo conhecimento adquirido. Agradeço ao estágio concedido pela instituição na Coordenadoria Centro de Seleção (CCS) que marcou profundamente meu percurso durante a faculdade e se tornou uma experiência incrível.

Por fim, a todas as mulheres e às antepassadas que foram duramente reprimidas, mas que se tornaram grandes mulheres na histórias (mesmo as ainda não contadas) e merecem total reconhecimento.

O tempo é irrealizável.
Provisoriamente o tempo parou para mim.
Provisoriamente.
Mas eu não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro. O meu passado é a referência que me projeta e que eu devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado, eu devo o meu saber e a minha ignorância, as minhas necessidades, as minhas relações, a minha cultura e o meu corpo.
Hoje, que espaço o meu passado deixa para a minha liberdade hoje? Não sou escrava dele.
O que eu sempre quis foi comunicar unicamente da maneira mais direta o sabor da minha vida. Unicamente o sabor da minha vida.
Acredito que eu consegui fazê-lo.
Vivi num mundo de homens, guardando em mim o melhor da minha feminilidade.
Não desejei e nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.

Simone de Beauvoir

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal, analisar a representatividade feminina no corpo docente do curso de Relações Internacionais entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Goiás (UFG). Inicialmente, o estudo utiliza-se de bibliografias, pesquisas e documentos de modo a relatar as adversidades vivenciadas e as resistências na carreira docente. A pesquisa aponta que, em umas das universidades analisadas, essas mulheres representam apenas 27,3% do corpo docente efetivo. Desse modo, a partir do contexto histórico do tema e das leituras realizadas, as considerações desejam trazer reflexões acerca da desigualdade de gênero, presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira, com o foco principalmente na Ciência. Por fim, apresentará uma análise de dados comparativos entre a quantidade de homens e mulheres no quadro permanente dos professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), ambas instituições públicas do Centro-Oeste e reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Mulheres; Docentes; Curso de Relações Internacionais.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the female representation in the faculty of the International Relations course between Federal University of Grande Dourados (UFGD), University of Brasília (UnB) and Federal University of Goiás (UFG) Initially, the study makes use of bibliographies, researches and documents in order to report the adversities experienced and the resistances in the teaching career. The research shows that, in one of the analyzed universities, these women represent only 27,3% of the effective faculty. Thus, from the historical context of the theme and the readings carried out, the considerations aim to bring reflections on the gender inequality, present in all spheres of Brazilian society, with a focus on Science. Finally, it will present an analysis of comparative data between the number of men and women in the permanent staff of professors of the International Relations course at the Federal University of Grande Dourados (UFGD) with the University of Brasília (UnB) and the Federal University of Goiás (UFG), both public institutions in the Midwest and recognized by the Ministry of Education.

Key Words: Women; Teachers; International Relations Course.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T - Ciência & Tecnologia

COVID-19 - Corona vírus

DGP - Diretório dos Grupos de Pesquisa

FADIR - Faculdade de Direito e Relações Internacionais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IREL – Instituto de Relações Internacionais

MEC - Ministério da Educação

MRE - Ministério Das Relações Exteriores

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PPC – Plano Pedagógico do Curso

RI - Relações Internacionais

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURA 1 - A DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO O SEXO DOS PESQUISADORES.....	35
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESQUISADORES POR ÁREA DO CONHECIMENTO E SEXO EM 2006 (DGP).....	37
FIGURA 3 - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES INFERIOR A 30%	37
GRÁFICO 1- QUANTIDADE DE CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS POR ESTADO NO CENTRO-OESTE	40
TABELA 1 - QUANTIDADE TOTAL DE DOCENTES NA UFGD, UnB E UFG	40
GRÁFICO 2 - O CORPO DOCENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - (UFGD).....	41
GRÁFICO 3 - O CORPO DOCENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - (IREL-UnB)	42
GRÁFICO 4 - O CORPO DOCENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG).....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. REVISÃO TEÓRICA	11
1.1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES.....	11
2. A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA	26
2.1. UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE AS MULHERES NA CIÊNCIA.....	26
2.2. MULHERES E CIÊNCIA NO BRASIL.....	33
3. A REPRESENTATIVIDADE DAS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO.....	39
3.1. O LUGAR DAS DOCENTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD) UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG).....	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5. REFERÊNCIAS... ..	45
6. APÊNCIDE.....	48
6.1. LISTA DE CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CENTRO-OESTE DO BRASIL	48
6.2. LISTA DE DOCENTES DE CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD, UNB E UFG.....	49

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto do encanto com as poucas professoras mulheres no curso de Relações Internacionais (RI) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mulheres que proporcionam grandes e excelentes debates ao decorrer de todos os semestres. As discussões, as críticas e os pensamentos expostos, auxiliam como um mecanismo de luta, para reforçar que nenhuma mulher está sozinha.

O objetivo dessa pesquisa é analisar dados entre quantidade de homens e mulheres no quadro permanente dos professores do curso de Relações Internacionais (RI) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Além de ser elaborada, no atual cenário de pandemia por conta do Coronavírus (disparador da pandemia que ocasiona a COVID-19). A maior ameaça à saúde global, no qual, o surto contínuo da doença respiratória que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos gerou o colapso da saúde no país.

Como metodologia para a pesquisa foram utilizados o levantamento bibliográfico e a análise (discursiva) comparativa dos artigos e documentos selecionados. Com isso, observou-se o discurso acerca do gênero e a apresentação da categoria mulher nos documentos analisados, incorporando contribuições delas na ciência para inferir conclusões acerca dos dados revisados e explorados. Além disso, a pesquisa foi baseada nos artigos em formato digital, que puderam ser recuperados via internet e livros eletrônicos na literatura brasileira.

A pesquisa está dividida em três partes, sendo no primeiro capítulo, a monografia insere-se na revisão bibliográfica de discussões sobre a história das mulheres, do feminismo, das relações e desigualdades de gênero.

A segunda parte apresenta sobre a trajetória das mulheres na ciência. Logo, seguiram-se as etapas de leitura e elaboração de análise e escrita sobre as mulheres na ciência no Brasil. Com isso, a investigação da produção do conhecimento sobre o tema teve o enfoque do quanto importante são as discussões e críticas aos referenciais masculinos que permeiam a ciência.

A terceira parte busca destacar os levantamentos realizados dos dados disponíveis nos sites do Portal das universidades. O recorte temporal tem por objetivo fazer o mapeamento dos cursos de relações internacionais na região Centro-Oeste do Brasil em universidades públicas e análise do corpo docente desses cursos ano de 2019. Sendo assim, este estudo tem a intenção de contribuir com a importante discussão acerca das relações de gênero, com enfoque na

presença das mulheres no corpo docente de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)¹, Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), por serem instituições públicas do Centro-Oeste brasileiro. Por último, apresentam-se as considerações finais que se constrói com a compreensão de que existem relações hierárquicas de gênero estabelecidas na construção social do poder, do ser e da sexualidade, que também são misturadas às causas e consequências econômicas, políticas e de outras ordens para as mulheres.

Por fim, da mesma essência de honrar todo investimento na educação, para aqueles que não tiveram a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior pública, de qualidade e gratuita, sintam-se representados por cada uma das palavras desta pesquisa. Elaborada em um cenário totalmente atípico que se tornou o “novo normal” com a pandemia no pandemônio tão negacionista dos solos brasileiro, com vários cortes de orçamentos na educação pública, que envolve inevitavelmente certa tensão e incertezas devido à possibilidade de fechamento de várias universidades federais.

¹ Ciente de que ter as mulheres em determinados lugares onde circulam poderes, não quer dizer que os princípios tão estruturais e estruturantes do heterocispatriarcado serão desconstruídos. De qualquer forma, importante é a visibilidade da ocupação destes lugares pelas mulheres para que outras pesquisas ou em outro momento, desenvolva a continuidade da presente investigação.

1. REVISÃO TEÓRICA

1.1. Considerações introdutórias sobre a história das mulheres

Antes de se iniciar a discussão sobre o lugar das mulheres na carreira docente do curso de Relações Internacionais, no Centro-Oeste do Brasil é necessário retornarmos à história para compreendermos melhor as origens nada unívocas dos temas que iremos abordar. Neste capítulo vamos contextualizar, mesmo que de uma forma breve, sobre o arcabouço que incluiu o debate sobre as mulheres, feminismo e gênero. Dessa forma, evidenciar fatos importantes que desencadeiam diversos assuntos, que por mais que sejam termos diferentes, são e estão interligados entre si.

Na história ocidental, o movimento feminista passou por diversas significações, caracterizadas como a primeira, segunda e terceira “ondas”. A chamada primeira onda do feminismo, se manifestou quando as mulheres da Inglaterra começaram a lutar pelos seus direitos. Essas mulheres, que ficaram conhecidas como *suffragettes*, que formaram grandes debates e manifestações, no qual, desencadearam a conquista do poder de voto e a luta pelo direito civil.

Nesse sentido, a questão da luta pelo direito ao voto foi retratada de forma gloriosa pelo filme “As Sufragistas”, no original *Suffragette*, que se passou na Inglaterra, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, e mostrou a luta das mulheres pelo direito ao voto, que por anos tiveram os seus argumentos ignorados, até ganharem apoio e passarem a firmar-se através do movimento Sufragista liderado por Emmeline Pankhurst. (GRUBBA; MONTEIRO, 2017, p. 264).

O filme retrata a luta das mulheres e as consequências por essas reivindicações, como tortura e abusos. Segundo Kimberly Monteiro e Leilane Grubba (2017), esse filme apresenta uma forma de comunicação, revelando que o direito social e o cinema estão correlacionados, devido ao fato de o cinema expor os problemas e o sofrimento suportado pelas mulheres.

O cinema é meio de representação das realidades apresentadas por uma sociedade ou, até mesmo, por pequenos grupos de indivíduos, agindo através das imagens e da linguagem utilizada. E, através da linguagem cinematográfica, o espectador estabelece relação com a personagem, com a história que assiste, com o lugar em que se vê e com o outro. Seus sentidos são instigados em função de uma obra que busca expressão artística através de uma sucessão de imagens projetadas numa tela. Ao mesmo tempo, em que acompanha a representação, o imaginário do espectador é acionado em função

de uma interpretação subjetiva e social. (GRUBBA; MONTEIRO, 2017, p. 264).

Sendo assim, o filme compôs um papel importante por gerar interpretações sociais e pensamento crítico acerca do tema, possibilitando o progresso dos estudos em comparação às realidades vividas mundialmente. Dessa forma, falar sobre feminismo é então também discutir sobre o pluralismo do movimento, no qual, mulheres que se revoltaram contra os padrões impostos por um sistema opressor, lutaram por liberdade desafiando as funções a elas atribuídas e que conseqüentemente pagaram com as próprias vidas.

Este estudo ancora-se metodologicamente na investigação narrativa a partir das contribuições de Martha Narvaz e Silvia Koller (2006), a segunda onda do feminismo ressurgiu nos anos de 1960 e 1970, com as americanas e francesas denunciando a opressão e implorando para serem mais valorizadas. Em 1980, apresentam o debate sobre a diferença e da subjetividade das experiências, entendendo que essas subjetividades são produzidas pelos discursos, em um campo intersubjetivo. Com isso, emerge a terceira onda do feminismo que tem como proposta analisar as diferenças, diversidade e a produção discursiva da subjetividade sob o slogan dos estudos sobre as relações de gênero. Com isso, traz com o estudo sobre mulheres e sexos, o estudo das relações de gênero.

As três gerações do feminismo, quer em seus aspectos políticos, quer nos teórico-epistemológicos, não podem ser entendidas desde uma perspectiva histórica linear². As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade. (NARVAZ, 2006; KOLLER, 2006).

Diante disso, para atribuir continuidade ao tema, é importante deixar claro que, cada pessoa ou grupo tem um certo tipo de relação com o feminismo, tem gente que o tem como uma filosofia de vida e outros somente como uma teoria, mas que independentemente de qualquer forma, o feminismo tem muito a dizer e ensinar. Então, é importante destacar que cada teoria se sobrepõe³ em um determinado contexto histórico, contendo diversas experiências e dependendo de cada pessoa envolvida.

² E essa perspectiva é de um feminismo produzido por mulheres brancas, não considerando as efervescências das lutas das mulheres negras indígenas, por exemplo.

³ Que sinaliza par continuidade de lutas. Feminismo que precisa casa dez mais ser plural.

Entretanto, ao debater sobre o feminismo é fundamental pensar em transformar as ações que devem ser analisadas de modo crítico e autocrítico, a fim de sempre respeitar acima de tudo os objetos de reflexões. Por essa razão, basicamente originou-se o feminismo, o qual é responsável por manifestações, movimentos e ideologia das mulheres na luta pelo reconhecimento de igualdade social, cultural, política, sexual e econômica (KLEBIS, 2015 *apud* GRUBBA; MONTEIRO, 2017).

Dentro deste recorte histórico sobre o feminismo, abro parênteses para falar sobre o trabalho. A civilização, impôs o trabalho como necessidade na sociedade, no qual, foi uma das condições onde feminismo surgiu.

É na luta anti feudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. (FEDERICI, 2017, p. 45).

Na perspectiva teórica de Silvia Federici (2017), no seu livro em “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, traduzido pelo coletivo *Sycorax*, aponta que a história das mulheres cruza com a história do capitalismo, mas não basta compreender somente apenas a luta de classe e ignorar as relações de gênero, raça e sexualidade, porque todas essas lutas envolvem marcados sociais de opressão que vamos ressaltar ao longo dessa pesquisa.

Contudo, além da diferença social entre rico e pobre, existia também as diferenças entre homens e mulheres, devido ao acesso à terra. Isto é, os recursos para economia camponesa eram entregues somente aos homens, embora em muitos casos as mulheres herdassem as terras, mas, a propriedade era administrada pelos maridos e passada somente para a linhagem masculina. Documento só ou sobretudo nas mãos dos homens. Diante disso, segundo a autora, com a crescente comercialização, as mulheres de todas as classes foram afetadas, como por exemplo, perder o direito da posse de terra. Então, fica evidente que nessa sociedade conservadora, os homens possuíam papéis nos sentidos mais amplos engessados, exceto para que se repetissem como líderes de detentores de poderes; em que davam as ordens e as mulheres eram apenas submissas a eles e só recebiam as ordens.

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus

pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declararam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual. (FEDERICI, 2017, p.52).

Dessa forma, o posicionamento das mulheres nos feudos, estabeleciam relações de lutas contra os senhores feudais e pelas modificações que essas lutas geram nas relações entre senhores e servos. Essa divisão no trabalho foi baseada numa diferença entre sexos, no qual, impõe para a mulher que isso é algo natural desde o nascimento e fazem com que, por exemplo, recebam menos do que os homens pelo mesmo tipo de trabalho.

Portanto, em vista dos conflitos sociais, o Estado começou a disciplinar os proletários, a fim de se beneficiar e centralizar o seu poder absoluto com o propósito em ser o único ator capaz de preservar as relações sociais e gerenciar a produção da mão de obra. Com isso, infelizmente a mulher sempre estará sujeita ao trabalho remunerado e o não remunerado, com dupla e até mesmo triplas jornadas. Dessa forma, nesta pesquisa entende-se que com o feminismo mais plural possível, como por exemplo, o dialogado com intelectuais negras ou indígenas, vem se esforçando cada vez mais, contra essas práticas sociais que inferiorizam as mulheres, e que consideram elas com menos direitos que os homens.

Segundo a autora, mesmo fazendo parte de uma sociedade urbana mais pobre, gradualmente as mulheres conquistaram pouquíssimos locais de trabalho com cargos de funções básicas, que antes eram considerados trabalhos masculinos. A péssima afirmação da sociedade considerava que elas precisavam de dinheiro para sobreviver e não uma carreira profissional. Em vista disso, endossam esse argumento apenas por elas terem pouco índice de escolaridade, visto que muitas mulheres na época abandonaram os estudos porque tinham que ficar em casa e serem submissas aos seus maridos. Além disso, o pensamento de que se você é uma mãe, você deve cuidar dos filhos e não estar no mercado de trabalho. Muita coisa mudou até nos dias de hoje, mas o fato das mulheres gerarem filhos, mesmo se tornando médicas, chefes ou advogadas, a sociedade ainda continua esperando que elas sejam responsáveis pela criação dos filhos.

Consequentemente, esses pensamentos só sustentavam a ideia de que a mulher não precisava possuir presença no mercado de trabalho. Elas só obedeciam e sempre estavam sob as ordens de um homem, seja ele sendo pai, tio, irmão e inclusive o marido. Dessa forma, em um ambiente de necessidades masculinas, o patriarcado resumi a mulher somente responsável

pela reprodução. Por esse motivo, elas apenas eram encarregadas de assumir um papel secundário e complementar na vida de um homem. O pensamento de que a mulher só seria criada com responsabilidade e dignidade se estivesse sob comando de um homem e aprendesse obedecê-lo só a se fortaleceu e com isso nasceu a opressão feminina.

Dentro dessa discussão, é interessante introduzir a obra “O Segundo Sexo: fatos e mitos”, da incrível Simone Beauvoir (1970), no qual, aponta que essa diferença dos sexos está interligada com a categoria do “Outro” e é tão original quanto a própria consciência. Para ela, nas mais primitivas sociedades e antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro:

A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de *Granet* sobre o pensamento chinês de *Dumézil* sobre as índias e Roma. Nos pares *Varuna-Mitra*, *Urano-Zeus*, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem ao Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a “outra” diante de si. (BEAUVOIR, 1970, p. 11).

Como se entende então, o homem conseguiu dominar e impor sua lei sobre a minoria. Mesmo as mulheres não sendo a minoria, em questão numérica, até hoje foram ignoradas e sem autonomia. Sendo assim, ambos os sexos nunca compartilharam as mesmas condições, que por mais que o mundo esteja evoluindo, as mulheres sempre ficaram em desvantagem só pela sua estrutura biológica.

Simone Beauvoir (1970), cita Poulain de Ia Barre, no qual diz que "Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte". Sendo assim, os homens desde sempre foram os reis da criação e desfrutavam disso sendo assegurados por direito, com leis que favoreciam o próprio sexo.

Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. As religiões forjadas pelos homens refletem essa vontade de domínio: buscaram argumentos nas lendas de Eva, de Pandora, puseram a filosofia e a teologia a serviço de seus desígnios. (BEAUVOIR, 1970, p.16).

Na revolução industrial, as reivindicações feministas vão para o campo econômico com a participação da mulher no trabalho, mas mesmo assim em contrapartida se deparam com as antigas raízes burguesas, a fim de frear sua emancipação alegando que para uma família sólida

exigiam a presença da mulher no lar. Em consequência a isto, os homens dentro da classe operária se sentem ameaçados pelas mulheres, e começam a ver elas como grandes concorrentes femininas que ameaçavam seus interesses.

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". (BEAUVOIR, 1970, p.17).

Dessa forma, existem várias outras formas que as mulheres intimidam os homens e fazem com que eles sejam tão arrogantes a ponto de não reconhecer e nem assumirem elas como semelhantes. Sendo assim, para definir as mulheres, o “outro” sempre foi representado pelo sexo e o gênero, no qual, ambos são marcadores sociais que, os homens desde o nascimento não foram marcados. O feminismo ajuda a entender que o “outro” tem o direito de ser quem é, tem direito de se expressar e de se autocompreender com base em uma autocrítica honesta e sincera. Diante disso, é importante dar atenção ao pensamento de que o feminismo acima de tudo, também ajuda na construção do processo de aprendizagem das pessoas a fim de construir uma filosofia capaz de transformar o mundo.

Como citado anteriormente, o feminismo se reinventa em cada e espaço e tempo, por essa razão a autora bell hooks⁴ (2015), descreve que a condição das mulheres na sociedade ocidental, se refere à situação de um grupo de mulheres brancas casada específicas, de classe média alta e com formação universitária que dominavam o discurso feminista.

Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é que o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas. (hooks⁵, 2015, p.193).

Dessa maneira, a autora afirma que nos textos de Betty Friedan, não existe um reconhecimento das vozes das mulheres brancas quando exigiram algo mais do que somente o

⁴ A autora adota o nome em letra minúscula para homenagear sua bisavó e dar destaque ao conteúdo que escreve e não ao seu nome. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/amp/>>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁵ Idem nota de rodapé N° 4.

marido e os filhos. Com isso, determina esse “mais” como profissão e não pensa em quem seria responsável em cuidar da casa e dos filhos quando não estivesse presente, ou seja, com se todas as mulheres fossem apenas como ela e tivesse a mesma possibilidade de alcançar as profissões e serem libertadas dos trabalhos domésticos.

Entretanto, a autora pressupõe que Betty Friedan em nenhum momento se questionou se a condição das donas de casa brancas que possuem estudo, era uma conjuntura de referência apropriada para pesquisar sobre a opressão do sexismo na vida das mulheres na sociedade norte-americana. Além disso, destaca que não menospreza o trabalho de Betty, mas acredita que ela não foi mais adiante de sua exclusiva experiência de vida a fim de alcançar uma perspectiva mais abrangente sobre a vida das mulheres.

Como Friedan, antes delas, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista atual raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo. Também não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos. (hooks⁶, 2015, p.195). (Destques meus)

Segundo bell hooks⁷ (2015), o feminismo branco fortalece a supremacia branca e impede a oportunidade de que as mulheres estabelecem conexões politicamente quebrando fronteiras étnicas e raciais. Dessa maneira, a maior parte dessas mulheres branca estabelecem modelos a serem reproduzidos na teoria feminista mesmo apresentando pouco entendimento da supremacia branca e da influência da divisão de classe dentro de um Estado sexista e racista.

Na perspectiva de Cynthia Sarti (2004), a autora cita que a ONU (Organização das Nações Unidas) em 1975, anuncia o Ano Internacional da Mulher, pela explosão do feminismo ocidental, no qual, possibilitou o debate da condição feminina no cenário internacional.

Essas circunstâncias se somavam às mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país (comentadas adiante), pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. Ao mesmo tempo, esse processo desenrolou-se no amargo contexto das ditaduras latino-americanas, que calavam vozes discordantes. (SARTI, 2004, p.37).

⁶ Idem nota de rodapé N° 4.

⁷ Idem nota de rodapé N° 4.

As feministas da América Latina, à luz de Lilah Morais Barreto (2016), “produz um conhecimento do olhar do Sul a partir do Sul, e em oposição às teorias universalistas” (BARRÊTO, 2016, p.25). Nesse sentido, ocasiona um grande pluralismo do movimento, no qual, cada teoria se sobrepõe em um determinado contexto histórico, contendo diversas experiências dependendo de cada envolvido. Dessa maneira, a autora expressa que o feminismo latino-americano, essas mulheres são denominadas “mulheres do terceiro mundo”, por conta do colonialismo, que impõe algumas culturas como superiores e outras como subalternas. Com isso, essas mulheres acabam sendo vistas como vítimas de opressão e não como produtoras de conhecimento.

Como no Brasil, por exemplo, a primeira onda também foi pelo direito ao voto, as sufragistas brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, uma das fundadoras da federação brasileira pelo progresso feminino. Elas conquistaram novos espaços de atuação no mercado de trabalho, no cenário político e também na luta pela aquisição de uma cidadania plena. Grande parte delas viviam como pessoas sem reconhecimento de seus direitos, enquanto aos homens, eram entregues direitos de poder e educação.

O direito à educação foi concedido às mulheres em 1827, na época do Brasil Império, mas o aspecto principal continuava sendo a preparação para as atividades domésticas. Ainda, era admitido que as mesmas estudassem até o primeiro grau, sendo assim, impossível de se atingir níveis mais altos ou superiores no estudo, o que era concedido aos homens. (TELES, 1993 *apud* GRUBBA; MONTEIRO, 2017, p. 265).

As mulheres conquistaram novos espaços de atuação, mas a sociedade brasileira ainda é regida e dominada por homens. Além disso, propagam valores patriarcais, sexistas e racistas que protegem, quando não impedem, a promoção social das mulheres.

Em sua tese, Danielle Tega (2015) destaca sobre as mulheres que de alguma forma manifestaram seus atos de resistência durante o período da ditadura militar. Além disso, a autora destaca a importância de repensarmos sobre a “imagem” de que as mulheres não escreveram sobre suas experiências de resistências quanto à ditadura militar. Isto porque a reiteração é a de que tais vivências foram escritas por homens.

Há uma produção que, embora não seja conhecida – nem reconhecida –, merece ser destacada, da mesma forma que devem ser enfatizados os problemas que a envolvem. Grande parte dos livros escritos por essas militantes não foi publicado por editoras de renome; ao contrário, há casos em que as autoras pagaram integralmente pela impressão de seus textos para

poder divulgá-los. Nem todos esses livros são fáceis de serem encontrados em livrarias ou em sebos – físicos ou virtuais. Alguns tiveram uma circulação restrita. Mesmo estando à margem, foram escritos e publicados. Independentemente da qualidade literária que possa ser atribuída a essas narrativas, questão que não é nosso interesse tratar, são produções culturais que, de alguma maneira, trazem as marcas do testemunho e fizeram parte da reconstrução subjetiva dessas militantes. (TEGA, 2015, p.54).

Quanto à transição democrática destaca-se, por exemplo, que em meio aos debates feitos durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), novas expansões foram construídas para que as articulações de demandas das mulheres viessem à tona nessa arena. Assim, houve debates para visibilizar espaço para que as vozes das mulheres fossem **ouvidas/escutadas**. Mobilizações com lemas, “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher”, foram apoiadas por conselhos estaduais e nacionais dos direitos das mulheres, trabalhadoras, grupos feministas, etc... (TEGA, 2015, p.64).

Remarca a pesquisadora ainda que, nos fins dos anos 60, as mulheres não podiam participar da política, a não ser, por exemplo, para reafirmarem seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa”. Assim, a participação das mulheres nas organizações de esquerda, encampa também a luta contra a ditadura militar. E, então, as mulheres que são mães, companheiras etc... visibilizaram a ocupação de lugares ligados aos homens e à dominação masculina. Nesse período, os grupos armados foram dizimados, torturados, presos, exilados e executados pela ditadura militar. O exílio, para ilustrar, fez com que as resistentes mulheres tivessem contato com outras motivações femininas. (TEGA, 2011, p.3).

Nesse trabalho de memória, realizado a partir das impressões e reflexões posteriores sobre o passado na militância, foram observadas as marcas das diferenças de gênero tanto na experiência política de seus grupos, como na experiência da repressão e tortura. Refletir sobre suas condições de mulheres que participaram ativamente na militância as leva também a pensar sobre os limites e alcances do discurso revolucionário que nutria essa militância. (TEGA, 2011, p.4).

Danielle Tega (2015) também relata depoimentos sobre as torturas impostas aos corpos femininos nas delegacias e questões de maternidade na militância e na clandestinidade, citando como exemplo, a prisão de Rose Nogueira:

(...) ocorreu quando seu filho tinha apenas 33 dias; por isso, seu corpo ainda produzia leite, o que ganhava um significado específico naquele contexto: “O leite me fazia pensar que, enquanto estivesse ali, brotando, eu estaria ligada

ao meu filho.”. Era chamada pelos repressores do DEOPS⁸ de “miss Brasil” em referência a uma vaca leiteira que havia sido premiada: ““Olha a miss Brasil, pessoal! Tá cheia de leite! É a vaca terrorista! ”. Eles riam e me beliscavam nas coxas, nas nádegas. Eu gritava e perguntava pelo bebê. ” Dias depois, aplicaram uma injeção para cortar seu leite, e de nada adiantou protestar: A tira gritou, vieram mais dois, que me seguraram. O homem aplicou a injeção na coxa, na parte da frente, ainda com as marcas roxas dos beliscões. O leite secou logo. Fui para o Tiradentes sem ele.”. (TEGA, 2015, p.72).

Nessa leitura ainda, destaca sobre o depoimento feito por Derlei Catarina de Luca, que foi levada ao quartel da Polícia Militar e torturada:

Mesmo reconhecendo a impossibilidade de descrever a experiência, a voz da militante faz um esforço para narrar: “A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, melando os cabelos e pescoço.”. (TEGA, 2015, p.125).

Durante essa memória brasileira, diversas mulheres narram suas experiências na luta contra o Terrorismo de Estado. Nesse processo, de não apenas denunciar os fatos ocorridos, mas sim de recuperar a capacidade de entender sobre suas próprias trajetórias (TEGA, 2015).

Dessa forma, o feminismo (ainda branco) age em decorrência da resistência dessas mulheres à ditadura militar após a derrota na luta armada com o intuito de reformular as razões pessoais e políticas dessa perda.

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota. (SARTI, 2004, p.37).

Cynthia Sarti (2004), discorre sobre as militantes naquela época que eram vítimas de repressão militar em que valida o radicalismo do feminismo brasileiro. A existência dessas mulheres na luta armada, implicava na luta contra a conjuntura política da época. Além de terem sido protagonistas na resistência e como vítimas da violência.

⁸ Órgão histórico de repressão aos movimentos sócias e populares e também centro de tortura durante a ditadura brasileira. Disponível em: <<http://www.forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-repressao/departamento-de-ordem-politica-e-social-dops/>>. Acesso em 25 set. 2021.

Segundo as autoras Kimberly Monteiro (2017) e Leilane Grubba (2017), no Brasil, inicialmente no ano do descobrimento, as condições das mulheres na sociedade chegavam quase a serem inválidas, resultado de uma sociedade que no período era governada por um sistema patriarcal, reportando a submissão das mulheres pelos homens.

Durante o Brasil Colônia a mulher era vista como alguém incapaz, devendo os seus atos serem tutelados pelos seus pais ou – familiares, e no caso do casamento, pelos seus cônjuges. Essas condições perduraram-se pelo Brasil Império e, até mesmo, pela chegada do Brasil Republicano, o qual foi marcado pela Revolução Industrial, que permitiu o ingresso da mulher no mercado de trabalho, ainda que em condições precárias e sempre inferiorizadas em relação ao trabalho dos homens. (GRUBBA; MONTEIRO, 2017, p. 262).

Assim, o feminismo surge enquanto movimento, por meio de manifestação dessas mulheres que foram marcadas pela opressão e desigualdade em relação ao sexo e gênero masculino em busca da igualdade e acesso aos espaços políticos. A partir disso, começaram a se tornarem visíveis em documentos e declarações de direitos que, até o momento visava somente direitos ao sexo masculino. Desse modo, mesmo começando a se tornar reconhecidas nos artigos, não foi algo concreto e absoluto, mas de extrema importância ao movimento que merece ser estudado e explorado.

O documento escrito por Olympe de Gouges criticou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e também demonstrou o apelo às mulheres para que as mesmas se posicionassem frente aquilo que lhes estava acontecendo. A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã contou com 17 artigos que reivindicavam e demonstravam os direitos das mulheres, tais como a igualdade, a liberdade, a justiça, a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões, entre outros. (GRUBBA; MONTEIRO, 2017 p. 263).

Sob as lentes do feminismo é possível perceber, por exemplo, como bem explora Silvia Federici (2017) que são as mulheres quem ao passar dos séculos, ocupam de maneira subalterna os piores postos na cadeia produtiva da sociedade. São as mulheres que trabalham domesticamente, sexualmente e reprodutivamente de maneira subestimada para que a acumulação do capital se faça por quem é considerado homem.

Vale ressaltar também que por falar de feminismo é impossível não falar sobre gênero. Para a historiadora Joan Scott (1989 p.85), “a preocupação teórica com o gênero como uma

categoria analisa só emergiu no fim do século XX”. Além disso cita sobre as primeiras abordagens formuladas de teoria social:

De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. Essa falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de incorporar o termo “gênero” as abordagens teóricas existentes e de convencer os adeptos de uma de uma ou outra escola teoria de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. (SCOTT, 1995 p.85).

Conforme Joan Scott (1995), ainda afirma que os comportamentos de gênero são criações da sociedade patriarcal e que dependem da forma que o indivíduo se identifica com tais costumes. Somos produtos dos discursos, como vem também complementa Judith Butler (2002). Para a intelectual Joan Scott, patriarcado é um sistema enraizado na cultura e nas instituições estruturada na crença de que existe apenas uma verdade absoluta, nele se encontra a base de ideias como a inferioridade das mulheres, diferença de gênero e apenas dois sexos considerados normais. Declara que, para uma pessoa que lhe foi atribuída o sexo masculino quando nasceu, pode identificar-se como sendo do gênero feminino, para exemplificar apenas uma das hipóteses existentes, diz que:

O termo “gênero “[...] é usado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo „gênero “torna-se uma forma de indicar „construções culturais “– a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. Gênero “é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre o corpo assexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. [...] O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995 p.75).

Dessa forma, considera que as dessemelhanças biológicas entre os sexos, reconhece a desigualdade, mas não permite que isto seja utilizado para justificar a violência contra as mulheres, ou, para a exclusão, para a desigualdade de oportunidade no trabalho, educação e na política. Assim, diz que as diferenças biológicas que infelizmente existem entre os sexos, não é uma justificativa para a desigualdade de oportunidades e nem como prática da violência. Dessa forma, o termo gênero pertence a um instrumento de poder para compreender as relações sociais entre o homem e a mulher e declara que tudo é cultural, social e historicamente determinado.

De acordo com a perspectiva de Judith Butler (2003), “gênero não é nem o resultado ocasional de sexo, nem tão fixo como sexo aparentemente é”. Nessa perspectiva, essas características são resultado de uma situação política, histórica e cultural, no qual, não existe naturalmente o gênero masculino e feminino. “O gênero, diz respeito aos aspectos sociais atribuídos aos corpos que portam um sexo”.

A autora Izadora Monte (2012), cita sobre as abordagens que usam o gênero como categoria de análise no estudo de relações internacionais e menciona que:

A construção política dos gêneros implica uma valorização superior do masculino e das atividades masculinas e resulta em uma organização da atividade social e política hierarquizada, fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens, ou de características masculinas, tenham maior prestígio, diante de identidades e atividades associadas às mulheres ou a características tidas como femininas. Essa hierarquização é uma construção política, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens (ou indivíduos associados à masculinidade) – o acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, por isso, desigual e desprivilegiado. (MONTE, 2012 p.70).

O que se observa diante desse tipo de análise é que compreender as discussões de gênero é compreender também como se organizam as relações de desigualdade. A divisão social enfatiza a diferença despotente entre gênero, representada por desigualdades inscritas nas estruturas da sociedade, de modo que o homem possua mais poder social do que a mulher. Essa desigualdade de gênero, está presente no trabalho e na renda, devido eles ingressarem no mercado de trabalho com diferentes obrigações, que fazem com que a mulher receba menos. Ou seja, as mulheres ganham menos apesar de se encontrarem na mesma condição de trabalho e terem as mesmas capacidades que os homens. Então, em razão disso, desde o início existe

uma superioridade dos homens em relação às mulheres, seja em qual contexto for, mas que são inventadas socialmente por exercícios de poder.

Michel Foucault (1988), em a História da Sexualidade, volume 1, também conhecido sob o subtítulo: a vontade de saber, mostra o quanto passamos a ser reconhecidos pelo Estado a partir de nosso “sexo verdadeiro” com a emergência da medicina. Destaca que antes da existência de todo o nosso corpo classificado nos mínimos detalhes dos tecidos, nervos, ossos e transformado em dicionário da Anatomia, a diferenciação entre homens e mulheres não se dava pela vagina ou pênis que não importávamos, mas por outras vias classificatórias menos rígidas em dualismo hierarquizantes. Sendo assim, existia humores e sensações que guiavam, ao invés de um “sexo” que se constava com “precisão” em nossa certidão de Nascimento. No controle desses corpos, mentes e vida se especializou com o surgimento dos Estados Modernos, cuja centralização do poder nas mãos do rei, não mais era possível. Isso porque, a descentralização do poder em Legislativo, Executivo e Judiciário passam a ter verdades morais que no limite nos separa e nos enquadra. Portanto, o “sexo” é tão inventado quanto o gênero, por mais que a “naturalização” insista em nos mostrar que “sempre foi assim e sempre será”, no tocante às questões ligadas à “natureza”. Como bem destaca Judith Butler, 2003, p. 25:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Por fim, é importante ressaltar que tanto o feminismo quanto às relações de gênero, implicam as diferentes pessoas que compõem o social, para que assumam “identidades” que lhe fazem bem ou que fazem sentido para a pessoa, a fim de ser capaz de viver livremente. Por esse motivo, ao longo dos anos, ele lutou até nos dias de hoje, por direitos iguais para todos e quem carrega essa luta são mulheres ou até mesmo pessoas que se identificam como mulheres, independente de gênero e da orientação sexual. Dessa forma, em partes, o feminismo concedeu um pouco de espaço para determinadas expressões de gênero e de sexualidade, a fim de tentar recriar e se redefinir independente do espaço social.

No próximo capítulo, a pesquisa contribui para o entendimento sobre as mulheres na ciência, logo em seguida, em específico no curso de Relações Internacionais, por ser o recorte central para as discussões que iremos aprofundar adiante.

2. A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA CIÊNCIA

2.1. Um breve contexto histórico sobre as mulheres na ciência

De acordo com Attico Chassot (2004), para compreender sobre a ciência é preciso buscar sobre ela em outras histórias, como a da filosofia, da arte, das religiões, etc. “Inclusive, com a História daqueles de quem se tira, usualmente, o direito de ter uma História, como as mais diferentes minorias, que alguns ousam nominar como sujeitos sem histórias”. (CHASSOT, 2004, p. 19).

Nessa perspectiva, o autor diz que a ciência não era uma carreira apropriada para as mulheres e quais eram as profissões dos homens e quais eram as das mulheres. Um exemplo citado pelo autor é a lista de 100 nomes importantes para a humanidade, em que apenas duas mulheres foram citadas.

Um exemplo quantitativo, mesmo que possa ter seus critérios de objetividade contestados, é uma lista dos 100 nomes – *The One Hundred* (Hart, 1996) – que em toda a História da Humanidade são considerados como os mais significativos em termos de influências, na visão de um amplo universo de respondentes. O resultado é uma lista com 98 nomes de homens e de 2 mulheres e estas são 2 rainhas – Isabel, a Católica (n. 65), e Elizabeth I (n.94) – que foram personagens muito importantes. (CHASSOT, 2004, p. 13).

Nessa mesma linha de raciocínio, as autoras Tayane Lino e Claudia Mayorga (2016), também destacam que dos motivos da ciência ser é masculina é devido a religião que se fortaleceu com ancestralidade grega, judaica e cristã.

As raízes gregas oriundas, principalmente, da mitologia, compartilham a ideia de que a chegada das mulheres ao mundo veio acompanhada da perda da felicidade total. A situação da subalternidade da mulher ficava visível nas escolas da época e no não reconhecimento da mulher como cidadã pertencente a polis. Na narrativa judaica, a mulher foi feita a partir de uma costela do homem. Na cristã, há a radicalização dessa ideia com Santo Agostinho, Santo Isidoro e São Tomás de Aquino, entre outros. Acrescente-se ainda que na perspectiva judaico-cristã, Deus é um homem, enquanto em outras perspectivas uma deusa, um ser hermafrodita ou um casal. Sendo assim, as mulheres eram parte dos homens e, por isso, tinham parte da capacidade deles. (LINO; MAYORGA, 2016, p. 100).

Por muitos anos, em suas raízes, estabeleciam seres superiores aos outros, mulheres como subalternas e o acesso negado a elas ao conhecimento. Essa ancestralidade foi decisiva

para a construção do gênero feminino como o subalterno, e não portador de capacidade interpretativa do mundo (CHASSOT, 2004).

Nesse ponto de vista, é preciso destacar que a ciência, nesse estudo é entendida como uma narrativa, uma construção social e histórica imposta em grandes redes de poder, que determina procedimentos, métodos, e “verdades” e ainda institui quem pode fazer ciência e quem pode ser cientista (HENNING, 2008).

Tayane Rogeria Lino e Cláudia Mayorga (2016), abordam sobre a revolução científica que convenceu de que o universo estava submetido a leis naturais, no qual, afirmou a descrença de inspirações mágicas e desvalorização do conhecimento da população. Com isso, as mulheres que estavam inseridas nesse grupo, foram classificadas como bruxas e criminalizadas. No século XV, teve grande repercussão na área acadêmica para exigir o direito das mulheres à educação, devido a essa grande repressão aos conhecimentos populares das mulheres.

Esta polêmica resultou em uma série de estudos que visavam, de um lado, mostrar a supremacia ou equivalência feminina na aquisição de conhecimento e, de outro, os que insistem em afirmar que a fisiologia feminina, supostamente, condicionaria as mulheres ao desempenho de atividades ligadas ao espaço doméstico e familiar, além de evidenciar uma inabilidade para conhecimentos específicos, tais como física, matemática e biologia. (LINO; MAYORGA, 2016, p. 98).

Segundo Maria Saboya (2013), no local de trabalho, as mulheres eram postas em atividades que exigiam maior cuidado, atenção, repetitivas e consideradas femininas, consequentemente, com remunerações menores. Sendo assim, elas ficavam de fora das tomadas de decisões e não alcançavam cargos maiores, igual os colegas de trabalhos homens.

O Relatório sobre Mulheres e Ciência do *Massachusetts Institute of Technology* – MIT (1999), por exemplo, repercutiu positivamente em muitas das elites científicas e departamentos de engenharia, tendo revelado os caminhos pelos quais as normas generificadas da sociedade, incluindo as expectativas de obrigações das mulheres na família, continuam a discriminar em diferentes modos as mulheres, tanto as jovens quanto as pesquisadoras seniores do MIT. (SABOYA, 2013, p. 6).

Guacira Louro (2003) cita que a escola, por exemplo, produz desde o início a construção de diferenças e distinções que são produzidas como desigualdades. Delimita espaços e determina o que pode e não pode fazer. A escola ocidental moderna, internamente, hierarquizou o lugar dos de cada um, o lugar do grande e do pequeno, e separou os meninos das meninas.

Com o passar dos anos, no Brasil foi possível notar a entrada das mulheres nas salas de aulas como docentes.

Naquele momento, um processo de urbanização estava em curso, no interior do qual — além da presença de outros grupos sociais, como os imigrantes, de outras expectativas e práticas educativas e de outras oportunidades de trabalho — um novo estatuto de escola se instituía. O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade permitida e, após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de resignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (LOURO, 2003, p. 95).

Com isso, professores e professoras passam a ter funções diferentes, saberes diferentes e, conseqüentemente, salários diferentes. Logo, inicia o pensamento de que a instrução feminina seria melhor que as dos homens, devido ao fato das mulheres serem responsáveis pela criação e educação de seus filhos. Dessa maneira, estes argumentos, afetaram diretamente e indiretamente o caráter do magistério, por impor a necessidade de professoras mulheres.

Os discursos que se constituem pela construção da ordem e do progresso, pela modernização da sociedade, pela higienização da família e pela formação dos jovens cidadãos implicam a educação das mulheres — das mães. A esses discursos vão se juntar os da nascente Psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. (LOURO, 2003, p. 96).

Como já citado anteriormente, a sociedade impõe quais são as carreiras profissionais dos homens e quais eram das mulheres, como casamento e maternidade. Devido a isto, qualquer tarefa profissional que fugia disso, era considerado um desvio dessas atividades. Essas atividades, se fossem remuneradas, por exemplo, poderiam garantir seu sustento. Conseqüentemente, se diferenciam das outras mulheres.

A autora enfatiza que, a representação da professora fala muito sobre os modos e características. Definidos como grupo, representam historicamente e socialmente suas próprias formas culturais e particularidades.

Professores e professoras — como qualquer outro grupo social — foram e são objeto de representações. Assim, ao longo do tempo, alinham-se determinadas características, apelam-se para alguns recursos para falar deles e delas. Essas representações não são, contudo, meras descrições que "refletem" as práticas desses sujeitos; elas são, de fato, descrições que os "constituem", que os "produzem". (LOURO, 2003, p. 99).

Para ela, as representações de professores e professoras, hoje em dia, são estreitamente ligadas ao poder, completamente diversas e que produzem identidades e diferenças. Nesse sentido, vale ressaltar que, essas diferenças são práticas sociais que acabam gerando preconceitos de gênero, que por sua vez, em suas práticas e discursos, inferiorizam ou excluem as mulheres por conta de seu sexo.

Com a Revolução Francesa, muitas mulheres ainda estavam condicionadas ao saber doméstico e a minoria com saberes básicos da escrita, leitura e cálculo. Em seguida, com o Iluminismo e o avanço técnico-científico, a imagem das mulheres começou a ser associada de outra maneira, voltada para a ciência, educação e cultura. Então a mulher passou a ser considerada de bruxa para responsáveis somente pela criação dos filhos, em razão do aspecto maternal ligado à natureza biológica delas. John Locke e Rousseau alegavam esta perspectiva da educação voltada somente para a maternidade, já Catharine Macaulay e Mary Wollstonecraft defendiam a igualdade no ensino para homens e mulheres. (LINO; MAYORGA, 2016).

Na visão de Tayane Rogeria Lino e Cláudia Mayorga (2016), no século XVII, dois fatos quanto à intensidade da participação das mulheres na ciência na revolução científica, um deles é sobre a multiplicação de cursos sobre as novas ciências, juntamente com a participação das mulheres, e outro, sobre a secundarização da contribuição delas, como auxiliares na produção de conhecimento. Logo, o século XIX, é marcado pela profissionalização da ciência.

[...] instauração de um código, constando normas de conduta e escala de valores e hierarquias. Com estas mudanças, as mulheres experimentaram novas dificuldades para se inserirem nessa instituição de caráter masculino, elitista e estratificada. Elas tiveram que desenvolver novas estratégias de enfrentamento, uma delas foi à participação silenciosa nas pesquisas através de familiares e companheiros. Uma mudança considerável acontece, em meados do século XX, com a luta das mulheres por espaço público, pela publicização do privado e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Dentre as reivindicações estava o acesso à educação científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens. (LINO; MAYORGA, 2016, p. 99).

A autora Jacqueline Leta (2003), discorre sobre as mudanças durante os séculos XV e XVII que permitiu o início de várias discussões nas academias científicas, que se espalharam por toda a Europa e nas principais instituições de referência da comunidade científica mundial. Em vista disso, somente a partir do século XX, tiveram grandes mudanças neste cenário, devido à necessidade de recursos humanos para estratégias, como na ciência e na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Sendo assim, as mulheres cada vez mais conquistaram o acesso à educação científica e as carreiras majoritariamente compostas por homens.

No século XVIII, essa situação pouco se modificou e o acesso das mulheres a essa atividade, com poucas exceções, deveu-se principalmente à posição familiar que elas ocupavam: se eram esposas ou filhas de algum homem da ciência podiam se dedicar aos trabalhos de suporte da ciência, tais como, cuidava das coleções, limpar vidrarias, ilustrar e/ou traduzir os experimentos e textos. O século seguinte é marcado por ganhos modestos no acesso de mulheres às atividades científicas, como a criação de colégios de mulheres, mesmo assim, elas permaneceram às margens de uma atividade que cada vez mais se profissionalizava. (LETA, 2003, p. 271).

Jacqueline Leta (2003), menciona a primeira obra sobre a participação das mulheres na ciência, escrita em 1913, por um padre católico, conhecido como John Augustine Zahm, com o título *Women in Science*. Foi a partir desse estudo que, a literatura sobre gênero e ciência aumentou e ganhou destaque e grande importância para os acadêmicos, a partir de 1980. Começou a ser debatida por pesquisadores de diversas áreas, como biólogos, historiadores e filósofos. Além disso, destaca a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que teve um papel importante como um órgão internacional, que buscava realizar pesquisas e atividades, como suas conferências, com o objetivo de discutir e propor ações para maior inclusão das mulheres na ciência e tecnologia (C&T).

Logo, desenvolve-se várias linhas de pesquisas com abordagens distintas. Dentre os primeiros estudos publicados em periódicos científicos, menciona o de Alice Rossi, 1965, que foi publicado em revistas científicas reconhecidas pelo mundo, no qual discute a participação das mulheres em atividades nos Estados Unidos, nos anos de 1950 e 1960.

Os dados desse estudo mostraram uma participação muito reduzida de mulheres empregadas em atividades de C&T em algumas áreas: nas engenharias, elas representavam cerca de 1% do total de empregados; já nas ciências naturais a participação delas foi de aproximadamente 10%, oscilando entre 5% na física e 27% na biologia. Diante desse quadro, a autora discutia o papel de alguns aspectos sociais e/ou psicológicos que poderiam explicar a baixa participação de mulheres em C&T naquele país, são eles: (a) a prioridade do casamento e da maternidade diante da escolha profissional, (b) a influência dos pais na escolha da carreira de seus filhos, determinando o que devem ser atitudes e comportamentos “femininos” e “masculinos” e (c) incompatibilidades ou diferenças de cunho biológico e/ou social entre homens e mulheres, tal como nas habilidades cognitivas, na questão da independência, de persistência e do distanciamento do convívio social. (LETA, 2003, p. 272).

Na continuidade desta pesquisa, a autora Maria Lopes (1998), discorre que foi somente a partir dos anos de 1980 que começaram a surgir debates sobre a ausência das mulheres nas ciências e discussões sobre os critérios que determinam o que é científico.

As análises externalistas de Margaret Rossiter sobre a participação das mulheres nas ciências norte-americanas abriram caminhos em um terreno de investigações ainda hoje bastante significativo sobre mulheres e institucionalização das ciências. Seu livro rompeu com a prática anterior, que enfoca apenas as exceções à regra – as mulheres excepcionais que haviam conseguido se destacar em ciências. Margaret Rossiter tratou as mulheres cientistas como trabalhadoras, cujas trajetórias e atividades científicas poderiam ser interpretadas em termos de critérios sócio-econômicos e de suas implicações sociais. (LOPES, 1998, p. 349).

Sendo assim, inicia uma série de pesquisas sobre a história das mulheres (brancas) no campo das discussões da história da ciência, como área disciplinar. Ao mesmo tempo, diversas concepções de feminismo⁹ e ciência se expandiram com a contribuição dos movimentos na época. Além disso, destaca a atitude marcante de Bella Abzug (1920-1998) na cerimônia de encerramento do *Women Caucus*, realizada em 1991 em Miami.

A senadora norte-americana – uma das figuras centrais na articulação da internacionalização do movimento de mulheres desse final de década – interrompeu o discurso de um dos principais representantes da ONU, na organização da Conferência, a sua segunda palavra. Quando este homem falou “ladies and...” Bella Abzug tomou a palavra, dizendo que ali nem todas nós éramos *ladies* e nem tampouco gostaríamos de ser confundidas como tal. Éramos, sim, com nossas profundas diferenças de feminismos, raças, etnias, credos, opções sexuais, políticas, científicas, com todas as contradições que nos unificavam naquele momento, éramos, todas, mulheres, refletindo e lutando por novas maneiras de se entender, viver e transformar o mundo, e queríamos ser consideradas como tais. (LOPES, 1998, p. 368).

A autora Maria Saboya (2013), cita que feminismo por meio de suas lutas, conseguiu colocar em foco acadêmico, as questões de gênero na ciência. Com isso, se dá a chegada de pesquisas que levam em consideração argumentos que, historicamente, foram colocados como naturais para a sociedade.

Um grupo organizou os programas "Genes e gênero" nos encontros anuais da “*American Association for the Advancement of Science*” o que incentivou alguns dos primeiros trabalhos sobre gênero e ciência. Biólogas feministas e os movimentos da saúde das mulheres tornaram-se forças expressivas e poderosas nos estudos científicos feministas. (FAUSTO-STERLING, 1994/1995; CLARKE, 2000 *apud* SABOYA, 2013, p. 5).

Assim, a autora cita que começaram a surgir críticas na pesquisa e nas ciências sociais que proporcionaram, por exemplo, o sistema legal dos Estados Unidos, mesmo que de uma

⁹ Ainda não tão diverso, devido ser focado mais naquele advindo de mulheres brancas ocidentais.

forma lenta, começou a se posicionar a respeito de abusos, assédios, estupros e mulheres no trabalho, nos casos de responsabilidade civil (HARDING, 1987 *apud* SABOYA, 2013). Com o passar do tempo, as ciências foram reconhecendo suas histórias e evidenciando críticas sobre a discriminação sofridas pelas mulheres na ciência, nas áreas majoritariamente masculinas.

Em 1970, essas lutas estavam longe de uma conclusão. A formação dos núcleos de mulheres nas disciplinas das ciências sociais e naturais e das organizações das mulheres nas universidades e na indústria levaram adiante essas campanhas. (HARDING, 1987 *apud* SABOYA, 2013, p. 5).

Sendo assim, observa-se que no campo de conhecimento sobre mulheres se distingue entre estudos feministas, relações de gênero e mulheres no trabalho. Porém, por mais que a literatura relata sobre essa diversidade, é importante considerar também a chegada de pesquisas que discorrem sobre a invisibilidade, discriminação e preconceitos das mesmas na ciência.

Tayane Rogeria Lino e Cláudia Mayorga (2016), discorrem sobre a relação entre ciência e os movimentos feministas e destacam o aumento importante de estudos que vinculavam as mulheres aos processos de produção científica e a inclusão do gênero na ciência. Além disso, questionam o motivo de que mesmo com todo esse desenvolvimento do histórico da inserção das mulheres, não ganharam visibilidade na ciência por tantos anos.

Uma hipótese é que a construção de um imaginário em que a mulher era portadora de uma fraqueza física e moral proferia a ideia de que a inteligência feminina era limitada, e, assim, a mulher apresentava uma carência de raciocínio, justificando sua ausência. Outro fator que contribuía para o distanciamento da produção de verdades científicas era sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, por esse motivo era uma vítima privilegiada de Satã, o que, mais uma vez, a afasta da natureza pura e neutra da ciência. (LINO; MAYORGA, 2016, p. 100).

Com isso, as autoras mencionam sobre as concepções filosóficas a respeito da beleza, da inteligência e das diferenças entre os sexos. Citam que para Kant, desde a idade antiga, a beleza e a inteligência são atributos que dificilmente se articulavam num mesmo corpo. Consequentemente, a beleza era assimilada como um atributo feminino e a inteligência como um atributo masculino. Para ele, até mesmo o relacionamento amoroso era símbolo de uma certa desigualdade, visto que para ele, era impossível amar uma pessoa superior. Dessa forma, as mulheres deviam ser inferiores aos homens para constituir uma família. Outra perspectiva que motivava o pensamento de que as mulheres não podiam fazer ciência, era devido ao fato de que elas eram consideradas intelectualmente incapazes de compreender as ciências, como

filosofia, matemática e física, e como resultado, isso foi usado como um modo de deixá-las fora do campo de poder da ciência. Por esse motivo, isso fez com que elas fossem colocadas em desigualdade na construção de verdades sobre o mundo e ainda, conhecidas como submissas ao homem (LINO; MAYORGA, 2016).

2.2. Mulheres e ciência no Brasil

Como já observado, existem mulheres na carreira científica, mesmo que a quantidade de mulheres seja bem menor, porém, é possível notar um aumento nesse número com o passar dos tempos, mesmo que ainda seja pouco e sem valorizar verdadeiramente as contribuições das mulheres, seja em qualquer campo da ciência ou até mesmo na sociedade.

Em continuidade ao estudo, Tayane Lino e Cláudia Mayorga (2016), destaca que ainda existe um certo impasse para o acesso a fontes estatísticas sobre a situação das mulheres na ciência. Existe pouca produção de informações sobre o corpo docente por sexo, e no contexto brasileiro, os dados são bastante limitados. Segundo as autoras, a participação das mulheres na atividade científica na América Latina, teve um grande progresso no período entre 1990 e 2001.

Em 2001, a participação de homens e mulheres pesquisadores registra uma base de 20% de mulheres e 80% de homens. A Argentina, o Paraguai e o Uruguai apresentam um quadro de equilíbrio em relação ao gênero. Em todos os outros países, a presença masculina ainda é majoritária. Assim, nenhum país da América-Latina alcança uma participação superior a 50% de mulheres cientistas. (LINO; MAYORGA, 2016, p. 101).

Como bem observou Léa Velho e Maria Prochazka (2003), também destacam alguns dados das mulheres na educação na América latina e Caribe que são importantes ressaltar nesta pesquisa. Na educação superior, em disciplinas técnicas como engenharia, possui maior quantidade de homens. Já em medicina, química e biologia, por exemplo, em Cuba, Costa Rica e Peru, as mulheres são maioria. Além disso, nas ciências sociais as mulheres representam em torno de 50% (cinquenta por cento) e nas ciências humanas correspondem a 60% (sessenta por cento). Ao mesmo tempo, as autoras apontam que esses níveis de escolaridade não garantem oportunidades iguais de emprego entre homens e mulheres.

As mulheres nos países latino-americanos precisam, em média, dois anos mais de escolaridade do que os homens para ter as mesmas oportunidades de emprego formal e quatro anos mais de escolaridade que eles para receber o mesmo salário. A disparidade em termos de renda permanece um dos mais importantes indicadores de desigualdade de gênero na América Latina,

particularmente revelador quando se considera que quase todos esses países são signatários das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reconhecem o princípio de salários iguais para trabalhos similares. (PROCHAZKA; VELHO, 2003).

Nessa perspectiva, Maria Lopes (1998), enfatiza que diferente da tradição Norte-americana, de início, o movimento feminista no Brasil não impactou muito na ciência, por mais que as mulheres começaram a se dedicar as ciências naturais e exatas, a quantidade nessas áreas, não amentou, mas foi de grande importância.

No tratamento da questão mulheres/gênero e ciências na História das Ciências no Brasil, muita coisa está ainda por ser feita, começando talvez pela sistematização exaustiva do que poderia existir relacionado ao tema, numa área de estudos que se caracteriza pela dispersão de suas poucas publicações. Mas, para isso, seria preciso romper com visões que negam a existência de atividades científicas no país nos séculos passados. Se no Brasil não se fez ciência – entenda-se, se os homens não fizeram ciência, que dizer das mulheres, cujo acesso ao ensino superior, por exemplo, só foi permitido exatamente a partir de 1879. (LOPES, 1998, p. 364).

Ao comentar sobre a luta da independência na América Latina, afirma ser necessário oficializar a história das mulheres que toparam a se aventurar lutando, sendo rebeldes, insubordinável, desobedecendo seus maridos, desafiando instituições e que se transformaram em modelos maravilhosos de mulheres, mesmo compartilhando todas as contradições e conflitos nas práticas científicas. Além de tudo, muitas não foram “esposas exemplares” que apoiavam seus maridos, e que muitas das vezes, eles roubavam os créditos dos trabalhos científicos realizados por elas. Ainda assim, todas possuíam lindas trajetórias pessoais que, de alguma forma, foram ousadas e se aventuraram na tentativa de abrir novos caminhos na ciência (LOPES, 1998).

Em relação à bibliografia de mulheres cientistas, a autora cita Bertha Lutz (1894-1976) na área das ciências naturais e Rachel Sohier com os primeiros estudos feministas da década de 1970. Branca Moreira Alves, como a zoóloga que foi uma das pioneiras do feminismo no Brasil e atuante na pesquisa científica no Museu Nacional. Além disso, sua atuação política em busca do progresso feminino, como o direito ao voto feminino, alteração na legislação trabalhista.

Mas como as mulheres praticamente não constam da História das Ciências no Brasil não dispomos de uma vasta produção sobre o tema que conte com tradições construídas desde o fim do século passado, como nos Estados Unidos ou em outros países europeus. Mas isso não significa que se trata de começar do zero. Pelo contrário, trata-se sim de recuperar, avançar e criar

novas tradições, que nos permitam tornar visíveis as mulheres e as relações de gênero em nossos fazeres científicos. (LOPES, 1998, p. 366).

Nessa perspectiva Jacqueline Leta (2003), menciona alguns estudos que foram publicados em periódicos científicos e que estimularam a criação de novas pesquisas sobre essa temática no Brasil. Realizado pelo Núcleo de Estudos sobre as Mulheres, no fim de 1980, o livro escrito por Fanny Tabak, titulado como “O laboratório de Pandora” (Fanny, 2002). O estudo “A construção social da produção científica por mulheres” (Velho, 1998) e a pesquisa *The Contribution of Women in Brazilian Science: A Case Study in Astronomy, Immunology and Oceanography* (Leta, 2003).

Em sintonia a isto Isabel Tavares (2007), realiza um estudo sobre a participação das mulheres na pesquisa, com a finalidade de expor dados explicativos para a baixa presença feminina em algumas áreas do conhecimento. O Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) indica que entre os anos de 2002 a 2006, as mulheres representavam 48% do total de pesquisadores cadastrados. Além disso, a autora destaca a representatividade feminina entre aqueles com Doutorado, pelos dados da Capes, no mesmo período. Entretanto, as mulheres ainda apresentavam um aumento, não tão significativo, mas superior aos homens.

Figura 1: A distribuição segundo o sexo dos pesquisadores DGP – 2000/2006.

	Masculino	Feminino	% fem
2000	27.394	21.252	44
2002	30.859	26.022	46
2004	41.172	36.080	47
2006	46.758	43.171	48
Crescimento no período			
nº	19.364	21.919	2.555
%	71	103	

Fonte: TAVARES, Isabel (2007, p.32).

Jacqueline Leta (2003) enfatiza que o quadro da participação das mulheres na ciência mundial é diferente em cada parte dos países. No Brasil, até o século XX, a quantidade de

instituições voltadas para a ciência era bastante limitada, mas, em 1960, isso mudou graças à edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional.

Apesar da recente institucionalização da ciência brasileira, foi também nos anos de 1980 e 1990 que as mulheres brasileiras aumentaram sua participação no setor. A falta de dados sistemáticos no Brasil sobre a formação e o perfil dos recursos humanos na educação superior e na ciência, assim como a falta de dados sobre o financiamento do setor dificultam muito a contextualização dessa discussão. Mas fato é que, aos olhos, principalmente, dos mais “seniores”, é evidente a mudança na universidade brasileira no que diz respeito à frequência de mulheres: diferente de algumas poucas décadas atrás, elas hoje são a maioria em boa parte dos cursos de graduação e de pós-graduação do país. (LETA, 2003, p. 274).

Além disso, a autora expõe dados que em 2001, as mulheres, são maioria entre os estudantes matriculados e os concluintes. Com a maior presença delas na academia, o acesso delas aos quadros docentes nas universidades brasileiras.

Como no caso da Universidade de São Paulo (USP), entre os anos de 1930 a 2003, vista como a maior universidade pública do país, na época, era responsável por 25% da produção científica no Brasil. No período de 1960 e 1970, a composição de homens e mulheres no corpo docente era bastante desigual, porém, nas décadas seguintes, isso mudou devido ao fato da maior demanda das mulheres no mercado de trabalho acadêmico, em específico na USP. Porém, conseqüentemente solicitaram mais titulações e mulheres melhores qualificadas. Assim, vale ressaltar que apesar dessa inserção das mulheres, elas ainda são minorias na área universitária pública, representadas em 2003, por apenas 34% do total de docentes na USP (LETA, 2003).

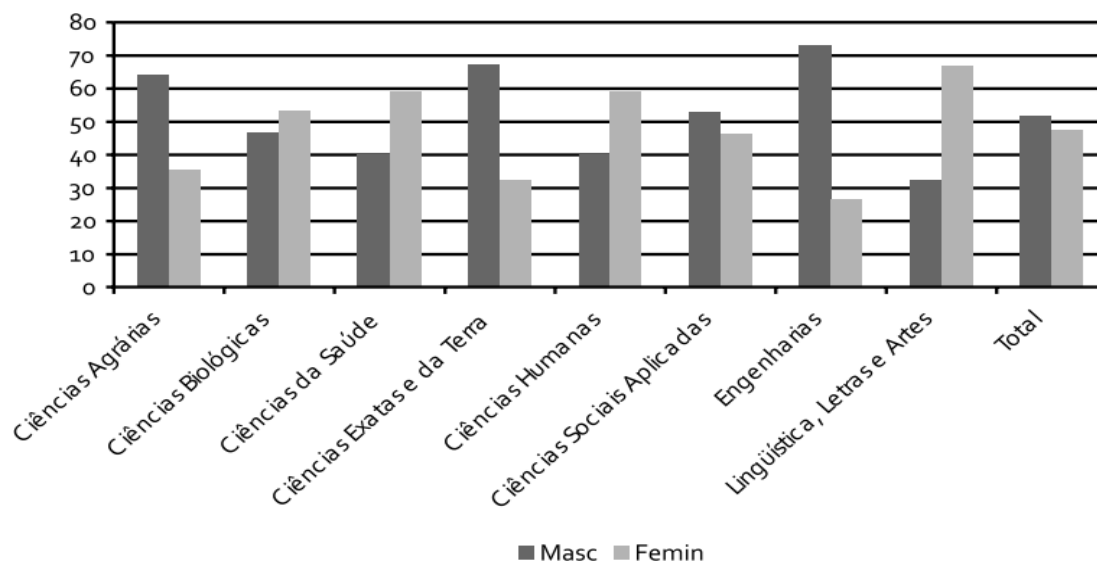
A incorporação de mulheres no sistema de ciência e tecnologia também pode ser verificada a partir da distribuição de bolsas concedidas por agências de governo que financiam o setor, como é o caso do CNPq. Importante lembrar aqui o grande esforço do governo federal, nos anos de 1980 e 1990, em financiar os programas de formação de recursos humanos para o setor. (LETA, 2003, p. 276).

Os homens dominam nas Engenharias, nas Ciências Exatas e da Terra, nas Ciências Agrárias e não tanto nas Sociais Aplicadas. As mulheres são maioria expressiva em Linguística, Letras e Artes, em seguida nas Ciências da Saúde e nas Ciências Humanas, mas não são maioria tão expressiva nas Ciências Biológicas. Ambos os sexos têm participação mais equilibrada nas Ciências Biológicas e nas Sociais Aplicadas.

Na mesma pesquisa de Isabel Tavares (2007) é possível notar que os homens dominam as Ciências Exatas e as Ciências Agrárias e as mulheres são maioria nas Ciências Humanas,

Ciências da Saúde e Ciências Humanas. Em Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, ambos possuem participações equilibradas.

Figura 2 – Distribuição percentual de pesquisadores por área do conhecimento e sexo – DGP – 2006.



Fonte: TAVARES, Isabel (2007, p.35)

Além disso, destaca as áreas que a participação das mulheres é menos que 30% (trinta por cento), conforme aponta a tabela da figura 3:

Áreas do conhecimento	2000	2002	2004	2006
Astronomia	23	23	21	20
Física	17	17	18	19
Geociências	28	28	29	31
Matemática	27	28	28	29
Engenharias	21	24	25	26
C. Computação	25	29	27	28
Agronomia	25	28	29	30
Eng. Agrícola	16	18	17	18
Rec e Eng. Florestais	26	22	24	26
Zootecnia	25	27	29	31
Filosofia	25	26	29	29
Economia	29	29	30	31
Média	24	25	26	26

Fonte: TAVARES, Isabel (2007, p.42)

Dessa forma, é notável que a participação feminina é menor do que a masculina, e depende muito da área do conhecimento, como nas ciências ditas como menores. A participação das mulheres na pesquisa é menor devido ao fato delas terem entrado mais tarde no mercado, mas é uma questão de tempo para que esses dados sejam equilibrados. Por essa razão, de acordo com todas as bases de dados estudadas, a participação das mulheres pesquisadoras é menor do que a dos homens, porém, apresenta crescimento constante e com percentuais superiores ao crescimento masculino (TAVARES, 2007).

Sendo assim, Jacqueline Leta (2003), menciona que apesar do crescimento da participação das mulheres, a chance de “elas terem sucesso e reconhecimento” são menores do que os homens. Isso ocorre, devido ao fato de que as chances delas, são menores, em crescer profissionalmente, possuírem maiores responsabilidades, obter reconhecimento e melhores qualificações, denominado por Margaret Rossiter, em 1980, por segregação hierárquica.

No caso da atividade científica, diversos estudos têm buscado fatores que expliquem as razões pelas quais as mulheres não avançam, esses fatores vão desde a falta de controle emocional das mulheres, que as tornam menos resistentes às pressões frequentes dos cargos de comando; à educação das mulheres que não lhes favorece o desenvolvimento do fator agressividade, fundamental nesses cargos e, de um outro ponto de vista; às estruturas das instituições acadêmicas e científicas que são dominadas por homens, fato que reforça o estereótipo masculino como o único apto a assumir tais cargos e posições. (LETA, 2003, p. 279).

Portanto, mesmo com esses dados destacados, há muito a ser feito ainda para garantir com igualdade a participação de homens e mulheres na ciência. Por esse motivo, futuramente, o número de pesquisadores homens e mulheres podem ser semelhantes, tanto em posições de comando e com maior reconhecimento no âmbito científico e acadêmico.

No próximo capítulo, inicialmente será apontado sobre as mulheres no ensino superior brasileiro, especificamente, uma análise do corpo docente de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Goiás (UFG).

3. A REPRESENTATIVIDADE DAS DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

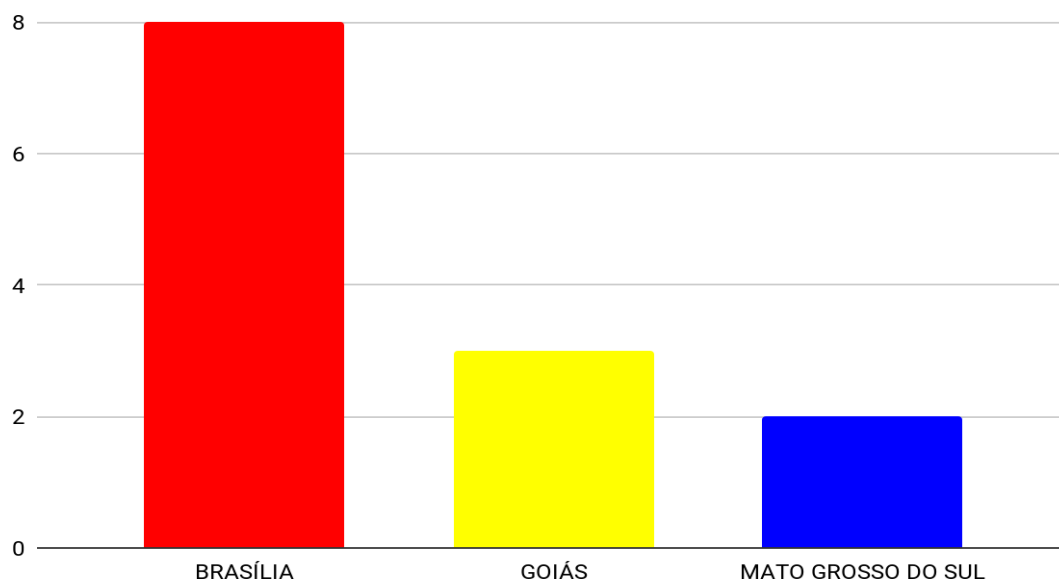
3.1. O lugar das docentes na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Goiás (UFG)

Nesta sessão são levantados elementos que fornecem estimativas da proporção de mulheres e homens docentes atuantes no contexto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Como recorte de pesquisa, ambas são instituições de ensino superior do Centro-Oeste do Brasil que possuem o curso de Relações Internacionais presencial. Assim, como uma pesquisa quantitativa, os dados foram obtidos através dos portais de cada universidade e do ministério da educação, com listagem contendo nome de professores e professoras ativos, visando apenas mostrar a quantidade de homens e mulheres docentes no curso e a diferença de uma universidade para outra. O recorte temporal, por sua vez, refere-se aos docentes ativos no ano de 2019 em instituições de ensino superior público.

Inicialmente, foi mapeado a quantidade de cursos de Relações Internacionais na região Centro-Oeste, em específico no Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás¹⁰. Com a maior quantidade de curso em Brasília, com 8 (oito), seguido de Goiás com três (3) e Mato Grosso do Sul com apenas 2 (dois), incluindo tanto instituições públicas e privadas representado no gráfico 1:

¹⁰ Todas as informações são retiradas com base em informações obtidas no site do Ministério da Educação. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 16 de junho de 2019.

Gráfico 1: Quantidade de cursos de Relações Internacionais por Estado no Centro-Oeste



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Assim, nesta pesquisa será analisada apenas uma instituição pública de cada Estado, no caso, as escolhidas foram a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Na tabela 1 a seguir ilustra a quantidade total de docentes nessas instituições.

Tabela 1: Quantidade total de docentes na UFGD, UnB e UFG.

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE DOCENTES
Universidade Federal da Grande Dourados	11
Universidade de Brasília	21
Universidade Federal de Goiás	7

FONTE: Elaborado pela autora, 2019.

A seguir será apresentada cada uma das universidades, considerando a quantidade de docentes homens e mulheres entre elas.

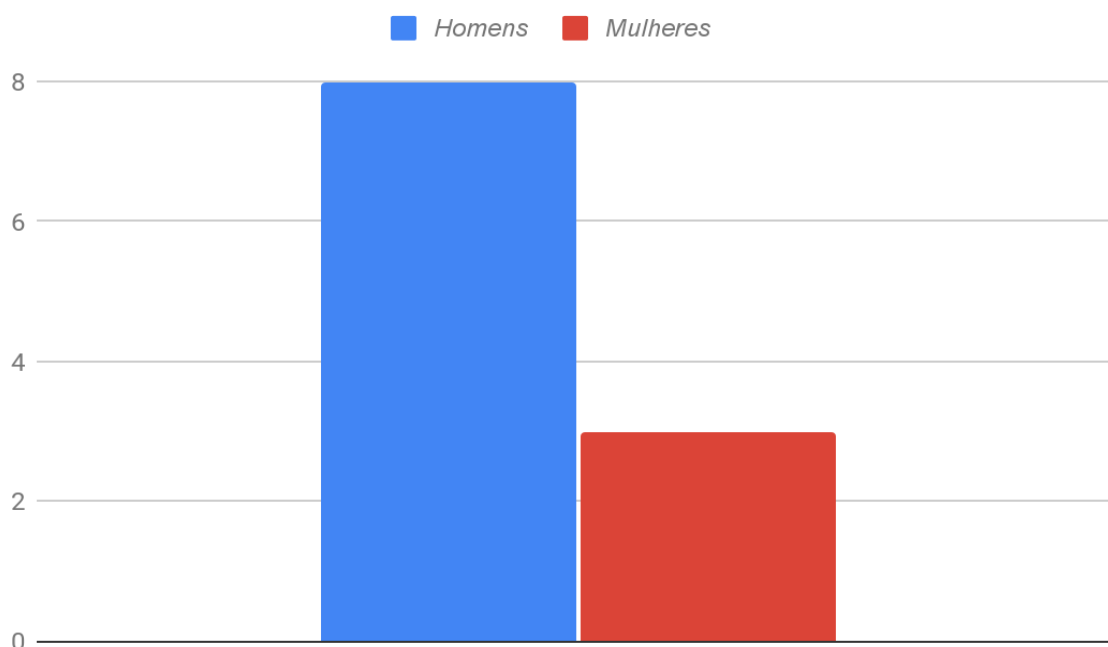
Iniciando com o Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no qual, segundo o Projeto Pedagógico (2017), foi fundada em 29 de julho de 2005 por meio da lei n. 11.153, como separação do campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) situada na capital, Campo Grande-MS. Em 2009, a universidade adotou o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das

universidades federais e ampliou o número de docentes, técnicos e cursos, incluindo a graduação de Relações Internacionais, no âmbito da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR). Além disso, o curso integrou o terceiro “boom” da área de Relações Internacionais no Brasil¹¹.

O primeiro deles ocorreu durante a década de 1990, com o surgimento de uma série de cursos em instituições privadas, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo, que se uniram ao tradicional curso da UnB, datado da década de 1970. Nos anos 2000, foi levada a cabo a expansão sistemática da área em instituições públicas consolidadas, sobretudo nas grandes capitais do Centro-Sul. Por sua vez, essa terceira etapa, na esteira do Programa REUNI, levou o curso de Relações Internacionais para o interior do Brasil, estendendo às cinco regiões a possibilidade de ingresso na área. (PPC, 2017, p.8).

Para realizar essa pesquisa, o corpo docente foi mapeado conforme o gráfico 2, que nota-se a grande disparidade de diferença entre a quantidade de homens e mulheres no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)¹²:

Gráfico 2: O corpo docente de Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD)



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

¹¹ Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/COGRAD/PPC%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%202017.pdf>>. Acesso em 14 de jun. 2021.

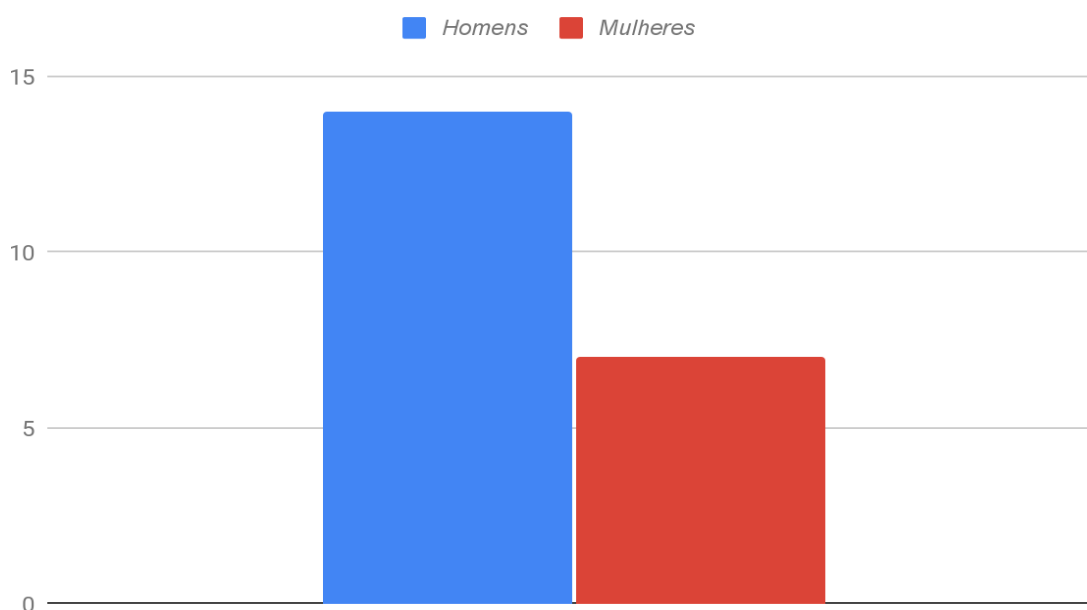
¹² A lista do Corpo Docente foi retirada de acordo com a unidade - Faculdade de Direito e Relações Internacionais - UFGD. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/cursos/relacoes_internacionais/corpo_docente>. Acesso em 10 de out. 2019.

A primeira comparação é importante observar que há apenas 3 (três) mulheres e 8 (oito) homens, aproximadamente 27,3% de mulheres e 72,7% de homens. Assim, ainda que o presente estudo não busque os motivos para isso, nota-se que é um espaço majoritariamente masculino.

Nessa perspectiva, o mesmo ocorre no corpo docente do instituto de relações internacionais oferecido na Universidade de Brasília (IREL-UnB). Em 1990, houve uma explosão de novas graduações de Relações Internacionais no Brasil, a UnB foi a primeira instituição federal do país a oferecer um Bacharel em Relações Internacionais, reconhecido em 1976 pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, o curso em seus primeiros anos, contou com grande ajuda do Ministério das Relações Exteriores (MRE), devido aos poucos acadêmicos na época, fez com que tivesse bastante participação de diplomatas no quadro docente, no qual, foi um fator decisivo para a consolidação desse estudo na Universidade de Brasília¹³.

No gráfico 3, é ilustrado que em seu corpo docente, há apenas 7 (sete) mulheres entre 14 (quatorze) homens, com o percentual de aproximadamente 33,3% de mulheres e 66,7% de homens¹⁴.

Gráfico 3: O corpo docente de Relações Internacionais na Universidade de Brasília - IREL UnB



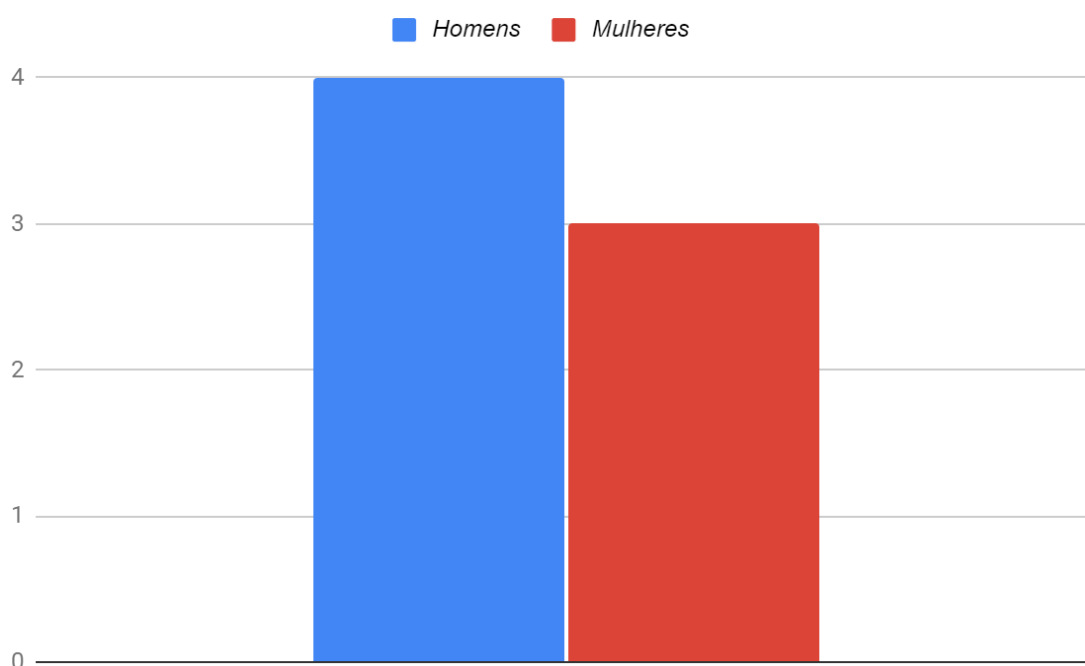
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

¹³ Disponível em: <<http://irel.unb.br/galeria-videos/relatorios-de-atividades-2>>. Acesso em 14 de mai. 2021.

¹⁴ A lista do Corpo Docente foi retirada de acordo com a unidade - Instituto de Relações Internacionais - UnB. Disponível em: <<http://irel.unb.br/institucional/corpo-docente>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

Por fim, considerando ainda o gênero dos docentes, é importante destacar os números da Universidade Federal de Goiás (UFG), na Faculdade de Ciências Sociais no campus Samambaia, localizado em Goiânia.

Gráfico 4: O corpo docente de Relações Internacionais na Universidade Federal de Goiás - UFG



Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Assim, observa-se a quantidade composto por 4 (quatro) homens e 3 (três) mulheres, equivalente a aproximadamente por 42,9% de mulheres e 57,1% de homens¹⁵. Observa-se dados totalmente diferentes das outras duas universidades analisadas anteriormente, o mais equilibrado entre elas, porém ainda desigual.

Conclui-se, portanto, que todas essas análises nesta pesquisa, reflete sobre a representatividade dessas mulheres nesses espaços de poder, que por muito tempo foram negadas a elas, e que ainda existe um longo caminho a percorrer para que aos poucos conseguimos garantir uma sociedade anti-racista, anti-sexista e anti-misógina .

¹⁵ A lista do Corpo Docente foi retirada de acordo com a unidade Faculdade de Ciências Sociais (campus Samambaia – Goiânia) - UFG. Disponível em: <<https://fcs.ufg.br/p/15062-docentes-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 10 out. 2019.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo dos capítulos, inicialmente, este estudo fez um breve resumo sobre o contexto histórico a respeito das histórias das mulheres, tanto na sociedade quanto no âmbito da ciência. Assim, discutiu sobre questões de gênero e como a ciência se constituiu sob pilares do olhar masculino. Além disso, tentou contribuir com novas interpretações sobre os dados adquiridos em relação à quantidade de mulheres presente na docência no curso de Relações Internacionais no Centro-Oeste do Brasil.

Dessa maneira, ainda que se trate de uma análise preliminar, a sua importância se dá para que outras pessoas consigam desenvolver mais produção científica no âmbito dessa temática tão importante. Além de proporcionar o aprofundamento na discussão, devido ao fato de que infelizmente, ainda existem poucos dados e provável que ainda existam muito mais a ser visibilizados, como por exemplo, questões que não tiveram importância até o momento.

Por fim, a partir dos dados adquiridos, a principal conclusão da pesquisa é de que os docentes homens estão localizados com grande vantagem numérica em relação às mulheres nos cursos presenciais de Relações Internacionais nas universidades do Centro-Oeste do Brasil. Dessa forma, os dados demonstram a diferença entre cada universidade, mesmo ambas sendo da mesma região e instituições públicas. Portanto, ainda que exista uma maior abertura para a discussão da participação da mulher na ciência, em específico na docência, está muito longe de alcançar a paridade entre eles.

5. REFERÊNCIAS

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior distribuição e representatividade. 6 ed. Rio de Janeiro: **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n.6, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Tradução Sérgio Milliet. Capa de Fernando Lemos 4.ed. São Paulo: Difusão europeia do livro. 2009. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHASSOT, A. A CIÊNCIA É MASCULINA? É, sim senhora!... **Revista Contexto & educação**, [S. l.], v. 19, n. 71-72, p. 9–28, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2004.71-72.9-28. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1130>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FARIAS MONTEIRO, K.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563/441>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

FEDERICI, Silvia; **Calibã e a bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo, Elefante, 2016 Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2017/10/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando uma teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 16, p. 193-210, abril de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estud. av.** São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, dezembro de 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300016&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

LETA, Jacqueline; MARTINS, Flávio. “Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens”. Brasília - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 176 p. In: **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/simposio_genero_e_indicadores_da_educacao_superior_brasileira.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LINO, Tayane Rogéria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitas da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social / Saúde e Mudança Social**. 2016, 96-107. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4239/4651>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

LOPES, M. M. “Aventureiras” nas ciências: Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 10, p. 345–368, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4689345>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, p.59-80, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/r3pc8yVXBf6FqHPBBcH9Xxy/?lang=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*. 2006, v. 11, n. 3, pp. 647-654. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Journal of Women in Culture and Society*, v. 23, n. 2, p. 275-286, 1998. Chicago. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/vy83qbL5HHNKdzQj7PXDdJt/?lang=pt>>. Acesso em: 28 set. 2021.

SABOYA, M. C. L. Relações De Gênero, Ciência e Tecnologia: Uma Revisão Da Bibliografia Nacional E Internacional. In: **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170509155548.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

TAVARES, Isabel. A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. Brasília - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p.31 In: **Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira**. Disponível: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/simposio_genero_e_indicadores_da_educacao_superior_brasileira.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

TEGA, Danielle. Reflexões sobre o feminismo brasileiro: paradoxos e elaboração da experiência. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 18 e 19 de ago. De 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/danielle.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2021.

TEGA, Danielle. Tramas da memória: um estudo de testemunhos femininos sobre as Ditaduras militares no Brasil e na Argentina. **Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas, Brasil, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281209>>. Acesso em: 25 set. 2021.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, M. V. Mulheres na ciência. No que o mundo da ciência difere dos outros mundos? **Revista Com Ciência**, Campinas, Brasil, 10 dez., 2003. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/mulheres/09.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

6. APÊNDICE

6.1. Lista de cursos de Relações Internacionais no Centro-Oeste do Brasil

MATO GROSSO DO SUL	
Sigla	Instituição
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNIDERP	Universidade Anhanguera

GOIÁS	
Sigla	Instituição
UNIEVANGÉLICA	Centro Universitário de Anápolis
PUC/GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás

BRASÍLIA	
Sigla	Instituição
UNICEUB	Centro Universitário de Brasília
UDF	Centro Universitário do Distrito Federal
IESB	Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília
UNIPLAN	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
IBMEC/DF	Faculdade Ibmecc Distrito Federal
FAJKMIC	Faculdade JK Michelangelo
FAJKMIC	Universidade Católica de Brasília
UnB	Universidade de Brasília

6.2. Lista de docentes de cursos de Relações Internacionais na UFGD, UnB e UFG.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
Adriana Kirchof de Brum
Alfa Oumar Diallo
Bruno Boti Bernardi
Debora Silva do Monte
Henrique Sartori de A. Prado
Hermes Moreira Junior
Hermes Moreira Junior
João Nackle Urt
Mario Teixeira de Sá Júnior
Matheus de Carvalho Hernandez
Tchella Fernandes Maso
Tomaz Espósito Neto

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Alcides Costa Vaz
Ana Flávia Granja e Barros
Antônio Carlos Lessa
Antonio Jorge Ramalho da Rocha
Carlos Pio
Cristina Y. A. Inoue
Danielly Silva Ramos Becard
Eiiti Sato
Fidel Irving Pérez Flores
José Flávio Sombra Saraiva
Juliano da Silva Cortinhas
Julie Schmied
Luiz Daniel Jatobá França
Norma Breda dos Santos

Pio Penna Filho
Roberto Goulart Menezes
Rodrigo Pires de Campos
Tânia Maria Pechir Gomes Manzur
Thiago Gehre Galvão
Vânia Carvalho Pinto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
Aline Regina Alves Martins
Carlo Patti
Diego Trindade D'avila Magalhães
Geisa Cunha Franco
Laís Forti Thomaz
João Henrique Ribeiro Roriz
Matheus Hoffmann Pfrimer